

Funaro no FMI

O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, partiram para os Estados Unidos. Lá, participarão da reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial. Ninguém espera que das discussões surja uma solução para o problema da nossa dívida externa.

Antes mesmo de viajar, o ministro declarou com firmeza que não é o FMI o fórum adequado para discutir nossa dívida. É com o comitê dos bancos privados credores que conversaremos. Esta posição significa que o nosso governo mantém a posição de não negociar nossa capacidade de desenvolvimento. Este é o compromisso básico da Nova República.

A discussão entre devedores e credores é sempre elucidativa, mesmo quando se depara com um impasse. Só assim uma saída pode surgir. É o que fazem nossas maiores autoridades econômicas e financeiras, neste momento. O ministro Funaro não abre mão dos princípios pelos quais foi convidado, pelo presidente Sarney, a servir ao governo, mas não parte também para um diálogo sem nenhuma possibilidade de êxito. Defende uma posição de entendimento que não prejudique a nenhuma das partes.

Demonstrando que o Brasil, detendo somente um por cento do comércio internacional, é a terceira nação em saldo comercial, evidencia o sacrifício que nossa economia e nosso povo têm feito para que possamos honrar nossos compromissos. A carestia reinante no país tem sua principal raiz neste esforço. Todo o povo participa do sacrifício para que possamos pagar as dívidas contraídas anteriormente.

Afirmando que o problema da dívida não é exclusivamente dos países devedores, o ministro Funaro assinala com satisfação que essa tese brasileira já encontra acolhida no próprio FMI. Os últimos documentos daquela instituição já mencionam e colocam em discussão a tese brasileira.

A consciência de que a atual ordem econômica e financeira internacional impede que os países devedores paguem as suas dívidas e que a política propugnada pelo FMI os leva à recessão se generaliza e contribui para reforçar a posição do Brasil.

Enfrentar uma verdadeira batalha, longa e desgastante, é o caminho que nos resta. Os credores, mesmo contra seus interesses a longo prazo, serão duros em defesa dos interesses imediatos que representam. O Brasil não tem escolha. Não pode ceder sob pena de cair numa crise de grande profundidade, que abalaria não só nossa economia como também atingiria todos os demais setores da sociedade. Isto tem de ser evitado.

É importante frisar que a posição brasileira não é de fraqueza. Não comparamos às negociações de mãos vazias. Vamos com propostas concretas. Para nossos credores sobra a opção entre negociar nas bases brasileiras ou considerar o montante da dívida como perdas. Isto não querem nem podem fazer. Se encaminham para uma guerra de posições. Querem «apertar» o Brasil na esperança que caia o ministro Funaro e que possam amanhã encontrar um interlocutor mais flexível.

Quando assim agem, cometem um grave erro de avaliação. A política econômica do país é do presidente e não deste ou daquele ministro. Mais do que isso a recusa à recessão é uma afirmação nacional. Ela foi consagrada nas praças públicas e tem a adesão de todas as camadas de nossa população. Não será alterada. Hoje, o ministro Funaro parte com uma proposta de pagar, este ano, 8 bilhões de dólares no lugar dos 12 que os credores querem receber. Caso a guerra de usura se mantenha, amanhã poderemos pagar menos ainda. Os credores ou nos ajudam a pagar e acabam por receber tudo ou entram em conflito econômico, prejudicando o Brasil e eles também.